



11ª RODADA E CARTADA NEOLIBERAL

Depois de Audiência Pública em área militar impedindo a atuação direta dos movimentos sociais de forma a bloquear as críticas aos leilões, a 11ª Rodada de Leilão de Petróleo realizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) ficou agendada para os dias 14 e 15 do mês de Maio.

A ANP foi instituída pela Lei 11.097 de 13 de Janeiro 2005, autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, responsável pelo “entreguismo” do petróleo brasileiro às multinacionais. Para essa próxima rodada, 30 bilhões de barris estão em jogo. O dobro de barris que a Petrobrás acumulou em 59 anos. Um ouro agravante é que, até agora, a Petrobrás descobriu mais de 50 Bilhões de barris de petróleo na camada de pré-sal, ou seja, uma quantia de 25 Trilhões de dólares pode ser transferida à iniciativa privada.

Em entrevista ao jornal A VERDADE (Nº 149), o atual diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e ex-Diretor de Gás e Energia do primeiro mandato do governo Lula, Ildo Sauer, coloca que o governo Dilma promove uma verdadeira “cortina de fumaça” a fim de “fazer propaganda política”. Enquanto as rodadas da ANP são, praticamente, ignoradas na Mídia Corporativista e pouco discutidas no Congresso Nacional toda atenção é direcionada aos royalties, que segundo Sauer “não passam de 15% do valor total

William Cruz

Aluno do CT em Meio Ambiente do Campus Maracanã do IFRJ.



gerado pelo petróleo” - o que funcionaria com o “boi de piranha” sendo o restante abocanhado pelas multinacionais.

Assim, essa 11ª rodada se configura como a Cartada do neoliberalismo para a espoliação dos nossos hidrocarbonetos. Se é uma oferta de 289 blocos repartidos nas bacias de Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Parnaíba, Tucano, Recôncavo, Alagoas e Sergipe.

Em Carta Aberta endereçada para a atual presidente do Brasil, Dilma Roussef, o Clube de Engenharia aponta: “Nesse momento, a capacidade de interferência das empresas petrolíferas estrangeiras nas decisões da 11ª rodada é visível. Elas são beneficiadas pela entrega maciça de blocos, sob égide da lei 9.478/97, aprovada no auge de um período desnacionalizante e, portanto, prejudicial ao país”. A lei referida entrou em vigor durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), conhecida como Era das Privatizações em que grandes empresas estatais foram entregues ao setor

privado gerando graves consequências ao país.

Diante desse quadro a campanha “O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO” do SINDIPETRO entrou com uma Ação Popular e uma denúncia no Ministério Público Federal que a ANP teria acrescentado aproximadamente 100 blocos de petróleo e a 8ª rodada depois de realizada a Audiência Pública.

O Pré-Sal é a grande oportunidade do Brasil alavancar o seu desenvolvimento no sentido de assegurar os direitos básicos aos quase 200 milhões de brasileiros e com a Petrobrás 100% pública e estatal será possível ditar o seu ritmo de produção, tendo em vista ainda a mudança da matriz poluente - combustíveis fósseis - para outras matrizes energéticas menos agressivas ao meio ambiente